

## NOTA PRÉVIA

Quando assumi as disciplinas de Direito das Obrigações e de Responsabilidade Civil, na Universidade Europeia, no ano lectivo 2021/2022, vi-me na contingência de elaborar diversas hipóteses práticas que servissem de objecto de trabalho aos meus alunos. A ideia passou sempre por permitir aos alunos aplicarem a teoria na prática, pois só assim consolidariam os seus conhecimentos de forma estruturada.

Deste modo, recolhendo inspiração em situações comuns do quotidiano, em acórdãos dos tribunais superiores ou mesmo em episódios reais que me são próximos, fui elaborando um conjunto diverso de casos práticos que auxiliassem os meus alunos na ligação entre a teoria e a prática. Essa necessidade mantém-se de ano para ano, devendo ser devidamente acautelada.

É, em bom rigor, esse o propósito que esta obra vem agora assumir: consubstanciar um elemento de apoio aos meus alunos, auxiliando a realização das aulas práticas, mas assumindo também a função de uma ferramenta que os acompanha no seu estudo fora da sala de aula e que lhes permite sedimentar os seus conhecimentos.

Para tal, apresentam-se aqui diversas hipóteses ligadas aos mais diversos tópicos do programa de ambas as disciplinas e que, nessa medida, versam sobre problemas essenciais e incontornáveis do Direito das Obrigações (onde se inclui, naturalmente, a Responsabilidade Civil enquanto fonte geradora de obrigações). Uma palavra deve ser dada quanto a este ponto: esta obra foi concebida para auxiliar duas disciplinas, que embora complementares, funcionam autonomamente. Por conseguinte, daí decorre uma consequência prática: embora seja uma fonte de obrigações com idêntica dignidade em relação às restantes, a responsabilidade civil

(nas suas diversas modalidades) terá, necessariamente, um maior espaço neste livro do que qualquer outra das fontes.

Neste sentido, recuperam-se os casos já feitos, mas acrescentam-se mais algumas dezenas, expandindo o objecto, mas sem nunca perder o foco naquilo que nos guia: o estudo do Direito das Obrigações.

Com vista a promover a autonomia dos estudantes, adopta-se um método dual. Por um lado, apresentam-se casos sem tópicos de resolução, mas com indicação de referências bibliográficas e, quando se justifique, jurisprudenciais (designadamente quando serviram de inspiração ou têm uma ligação justificável com o caso). Por outro lado, apresentam-se os tópicos essenciais a contemplar na resolução do caso. Mais do que um caminho fechado, quero estimular o debate e o raciocínio jurídico, deixando margem à *criatividade* dos destinatários.

Uma última nota é devida: embora se assuma que os destinatários principais são os meus alunos – que ditaram o nascimento deste livro –, creio que qualquer aluno ou prático do Direito pode encontrar nesta obra elementos de interesse quer para o seu estudo, quer para a sua vida prática. É isso mesmo que desejo e espero poder contar com esse voto de confiança.

Lisboa, Janeiro de 2023

# ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
<b>CASOS PRÁTICOS DIREITO DAS OBRIGAÇÕES</b>	
CASO N.º 1	11
CASO N.º 2	12
CASO N.º 3	13
CASO N.º 4	14
CASO N.º 5	15
CASO N.º 6	16
CASO N.º 7	17
CASO N.º 8	18
CASO N.º 9	19
CASO N.º 10	20
CASO N.º 11	21
CASO N.º 12	22
CASO N.º 13	23
CASO N.º 14	24
CASO N.º 15	25
CASO N.º 16	26
CASO N.º 17	27
CASO N.º 18	28
CASO N.º 19	29
CASO N.º 20	31
CASO N.º 21	33
CASO N.º 22	34
CASO N.º 23	35

## CASOS PRÁTICOS DE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CASO N.º 24	36
CASO N.º 25	38
CASO N.º 26	39
CASO N.º 27	41
CASO N.º 28	42
CASO N.º 29	43
CASO N.º 30	44

## **TÓPICOS DE RESOLUÇÃO E JURISPRUDÊNCIA SOBRE OS CASOS PRÁTICOS DE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

CASO N.º 1	47
CASO N.º 2	47
CASO N.º 3	48
CASO N.º 4	48
CASO N.º 5	49
CASO N.º 6	50
CASO N.º 7	50
CASO N.º 8	51
CASO N.º 9	53
CASO N.º 10	53
CASO N.º 11	54
CASO N.º 12	55
CASO N.º 13	55
CASO N.º 14	56
CASO N.º 15	56
CASO N.º 16	57
CASO N.º 17	57
CASO N.º 18	58
CASO N.º 19	59
CASO N.º 20	60
CASO N.º 21	60
CASO N.º 22	61
CASO N.º 23	62
CASO N.º 24	63
CASO N.º 25	63
CASO N.º 26	64

CASO N.º 27	65
CASO N.º 28	65
CASO N.º 29	66
CASO N.º 30	67

### **CASOS PRÁTICOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

CASO N.º 31	71
CASO N.º 32	72
CASO N.º 33	73
CASO N.º 34	74
CASO N.º 35	75
CASO N.º 36	76
CASO N.º 37	77
CASO N.º 38	78
CASO N.º 39	79
CASO N.º 40	80
CASO N.º 41	81
CASO N.º 42	83
CASO N.º 43	84
CASO N.º 44	85
CASO N.º 45	87
CASO N.º 46	89
CASO N.º 47	90
CASO N.º 48	91
CASO N.º 49	92
CASO N.º 50	93
CASO N.º 51	94
CASO N.º 52	95
CASO N.º 53	96
CASO N.º 54	97
CASO N.º 55	98
CASO N.º 56	99
CASO N.º 57	100
CASO N.º 58	101
CASO N.º 59	102
CASO N.º 60	104

**TÓPICOS DE RESOLUÇÃO E JURISPRUDÊNCIA SOBRE  
OS CASOS PRÁTICOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

CASO N.º 31	107
CASO N.º 32	115
CASO N.º 33	116
CASO N.º 34	117
CASO N.º 35	118
CASO N.º 36	128
CASO N.º 37	129
CASO N.º 38	130
CASO N.º 39	131
CASO N.º 40	132
CASO N.º 41	132
CASO N.º 42	134
CASO N.º 43	134
CASO N.º 44	135
CASO N.º 45	136
CASO N.º 46	137
CASO N.º 47	138
CASO N.º 48	138
CASO N.º 49	139
CASO N.º 50	140
CASO N.º 51	141
CASO N.º 52	141
CASO N.º 53	143
CASO N.º 54	143
CASO N.º 55	144
CASO N.º 56	145
CASO N.º 57	150
CASO N.º 58	168
CASO N.º 59	174
CASO N.º 60	183